

IDENTIDADE E ALTERIDADE NO CONTO *MARIA IMACULADA ROSÁRIO DOS SANTOS*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Osmar Pereira Oliva¹⁹³

Andréa Mendes de Almeida Pereira¹⁹⁴

RESUMO: O livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), de Conceição Evaristo, reúne treze narrativas protagonizadas por mulheres negras, as quais narram histórias de diversos tipos de violência de que foram vítimas. No entanto, essas mulheres encontram um meio de resistir ao sofrimento e superar as adversidades. Este trabalho privilegiará a análise do quinto conto, protagonizado por Maria do Rosário Imaculada dos Santos, a qual, no presente da narrativa, já idosa, rememora o seu rapto, na infância, e como foi construindo a sua identidade, na diáspora. O seu comportamento mnemônico ultrapassa os limites de uma biografia individual e se aproxima do relato de uma coletividade, já que, em vários aspectos, o sequestro da personagem negra dialoga com a história do degredo africano no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Conceição Evaristo; identidade; alteridade; violência.

ABSTRACT: The book *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), by Conceição Evaristo, brings together narratives whose protagonists are black women, who narrate various types of violence of which they were victims. Nevertheless, those women found a way to resist suffering and overcome adversities. This paper will privilege the analysis of the fifth tale, the story of Maria do Rosário Imaculada dos Santos, an old lady at the present of the narrative, who commemorates her kidnapping in childhood, and how she constructed her identity in the diaspora. Her mnemonic behavior goes beyond the limits of a personal biography, and gets closer to the report of a community, since the kidnapping of the black character, in many aspects, dialogues with the history of the exiled African in Brazil.

KEYWORDS: Conceição Evaristo; identity; alterity; violence.

Conceição Evaristo nasceu em 1946, na zona sul de Belo Horizonte. De acentuada ascendência africana, membro de numerosa família, de modesta origem,

¹⁹³ Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil. Professor Titular da Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil.

¹⁹⁴ Mestranda em Letras - Estudos Literários na Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil.

mas que vem conquistando seu espaço na sociedade e no meio artístico. Desde a década de 90, Evaristo iniciou a carreira literária nos *Cadernos Negros*, e vem se destacando, cada vez mais, no cenário acadêmico, na área de estudos literários. Formou-se em Letras, no Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado nessa área, passando a atuar não só como escritora mas também como professora e pesquisadora. Desde *Ponciá Vicêncio* (2003), sua produção tem chamado a atenção dos estudiosos do Brasil e do exterior, onde já começam a despontar traduções dos seus livros.

É inegável que a sua literatura carrega uma forte marca das tradições orais de origem africana, alguns de seus mitos, ritos e o sincretismo religioso. É também importante a construção de personagens e narradoras que refletem sobre a condição da mulher negra, pobre, mestiça, no contexto da sociedade brasileira e nas relações conflituosas com o masculino. No entanto, é difícil dizer que há, em suas narrativas, aquele tom vitimizado da mulher negra, ou sua passividade diante das adversidades. Ao contrário, mesmo diante das diversas faces da violência sofrida, do preconceito e da discriminação, as mulheres de Conceição Evaristo não se curvam, não se silenciam. Elas têm muito a falar. E quando não falam, fica evidente que não aceitam a subordinação e a dor. Há, quase sempre, uma resistência dessas “irmãs” africanas, que encontram um meio de sobreviver à violência e à opressão.

Na obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), há uma voz que se dispõe a contar a história de treze diferentes mulheres, mas que poderiam fazer parte da mesma família, como se fossem todas irmãs, no sentido de que encenam mulheres de origem africana, com suas lutas e superações. São treze narrativas. São treze nomes femininos intitulado cada conto. Para esse livro, a autora assim define seu projeto:

Eu queria escrever histórias de mulheres, mas não deixando mais minhas parentas sucumbirem à morte. Não as deixaria se degradarem na fome e no desamparo. Passariam por tudo, mas recuperariam a vida. Queria escrever sobre as dores mais profundas dessas mulheres. Queria falar de um sofrimento e de uma carência que não significassem somente a falta do pão, de

água ou de teto. Queria escrever sobre mulheres vitoriosas, insubmissas ao destino, apesar de... (EVARISTO, 2014, p. 32).

A autora universaliza o conceito de parente, considerando pertencerem a uma mesma família todos aqueles que carregam traços de uma ancestralidade africana, que estariam irmanados na origem e no sofrimento. Nessas estórias, estão recolhidas e costuradas reminiscências que refletem sobre a violência imposta às mulheres negras. O tom que perpassa o livro, no entanto, é de altivez: são todas histórias tristes, mas, acima de tudo, são todas histórias de superação.

Para Antony Giddens (2002), as sociedades pré-modernas eram compostas por grupos com *status* praticamente fixos, determinados pelo nascimento. Com o advento da Modernidade, a partir do declínio do Feudalismo, uma nova ordem social foi sendo gestada. A ascensão da burguesia, o fortalecimento do Capitalismo, as Grandes Navegações, o Racionalismo, a contestação da Igreja Católica, dentre vários outros acontecimentos, foram inserindo novos cenários e atores, acabando por enfraquecer as amarras da tradição. Se antes a identidade dos indivíduos era limitada pela filiação e pela localidade, gradativamente, aos homens foi sendo oferecida uma maior autonomia para pensarem a si mesmos, em decorrência da dinamicidade de situações e entendimentos que são característicos da Modernidade e das eras que a sucederam.

As protagonistas do livro de Conceição Evaristo vivenciam e repercutem esse projeto de construção de si: ainda que sua condição de mulher negra pareça lhe reservar um espaço social determinado, há caminhos que permitem outras possibilidades de existência. Reflexivamente, elas entrelaçam presente e passado, em um exercício de auto-conhecimento, de modo a romperem com os grilhões que as acorrentariam a uma vida de servidão e sofrimento. Ressignificando experiências, instrumentalizam sua subjetividade e assumem escolhas, emancipando-se. Nessas mulheres, as lágrimas são insubmissas porque não são um fim em si mesmas: são meio para um devir menos traumático.

O quinto conto do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* traz o nome e o protagonismo de Maria do Rosário Imaculada dos Santos. A personagem, roubada de sua família “bem menina ainda, tinha uns sete anos no máximo” (EVARISTO, 2011, p. 39), conta do rapto e de como sua vida foi se construindo, apartada dos seus familiares, até seu retorno definitivo, já adulta, para casa. Numa extensão de sentido, o comportamento mnemônico dessa mulher transcende os limites de uma biografia individual e se configura no relato de uma coletividade já que, em vários aspectos, é nítido o diálogo com a história do degredo africano no Brasil. No presente do relato, a personagem, no início do conto, dá mostras de não gostar do próprio nome.

Esse nome de santa mulher foi invenção do catolicismo exagerado de minha família. Mãe, tias, madrinha e também a minha avó, todas elas, não se contentaram só com o “Maria”. E me fizeram carregar o peso dessa feminina santidade em meu nome, finalizada por “Santos” generalizados e não identificáveis. (EVARISTO, 2011, p. 38).

Ela ressalta ainda que, de Imaculada, não tem nada. Pode-se inferir que o que estava sendo refutado não era apenas o nome em si, nem o sentido literal do termo, mas sim toda uma tradição que, por séculos a fio, subordinou os negros, vassallos, ao homem branco e ao Deus cristão. Conforme Sérgio Sezino Douets Vasconcelos,

Milhões de homens e mulheres foram barbaramente escravizados e sumariamente introduzidos no cristianismo e no projeto colonial europeu. Por meio da catequese e do batismo cristão, foram obrigados a abandonar cultura e religião ancestrais e a “converterem-se” ao cristianismo. (VASCONCELOS, 2005, p. 35).

Ao batizar a filha, é possível que os pais de Maria Imaculada estivessem ainda, inconsciente e metaforicamente, se dobrando ao chicote de um senhor. Para Anthony Giddens, “o nome de uma pessoa é um elemento primário em sua biografia.” (GIDDENS, 2002, p.57). Ao tentar identificá-la a partir de uma denominação com

forte carga católica, provavelmente seus pais reproduzissem um comportamento que foi imposto aos seus antepassados. E a protagonista, por sua vez, ao desdenhar o nome, despreza a tentativa de se impingir a ela os valores e uma visão de mundo artificiais, derivadas, próprias do dominador. Quanto ao sobrenome e mencionando os parentes, diz a narradora: “Todos respondiam pelo sobrenome “dos Santos” ou “dos Reis”, o que provocava sempre o seguinte comentário jocoso: quem não era do santo, era do rei...” (EVARISTO, 2011, p. 39). A referência à Coroa e à Igreja possui uma correspondente histórica, uma vez que ambas se aliaram no movimento de opressão dos negros. A subordinação política ao monarca implicava submissão doutrinária ao Catolicismo. O sistema escravocrata encontrou na Igreja Católica um de seus pilares, pois tal instituição, além de se valer de mão-de-obra escrava para sua sustentação econômica, também ofereceu “uma base ideológica para justificação religiosa da escravidão.” (VASCONCELOS, 2005, p. 35-36). A insurreição de Maria Imaculada é, então, contra toda uma tradição na qual ainda reverberam marcas dos séculos de servidão.

A personagem narradora diz ainda: “Tenho fé em minha protetora, a “Maria”, mulher de fibra, que suportou ser a mãe do Salvador”. (EVARISTO, 2011, p. 38). Entendendo a identidade como construção, como processo movediço e rizomático (BERND, 2003), Maria Imaculada se vale de seu encontro com uma alteridade para ampliar-se. Não há uma relação de subordinação, visto que a protagonista escolhe e reflete, a partir do que o outro lhe mostra, aquilo que faz sentido para si e para sua vivência, erigindo-se, como pessoa, de dentro para fora. No batismo, um outro, que exerce uma relação de dominância sobre um vulnerável, escolhe para ele o nome que vai defini-lo. A protagonista não se resigna e opta por aquilo que, em seu nome, a apresenta. Por outro lado, sua admiração por Maria não por seu aspecto de santidade, mas pelo de resignação e superação das adversidades. Das lembranças de sua infância, diz Maria Imaculada:

[A casa em que morávamos] era uma construção pequena, mas abrigava muitos. Meus avós paternos, duas tias solteiras, um tio solteiro, dois meninos, filhos desse tio solteiro, que meus avós ajudavam a criar, meus pais, eu e mais dois irmãos. Mais adiante, no mesmo terreiro, em outras casas também pequenas, moravam mais tios e tias, primos e primas crianças, uma bisavó materna e mais algumas pessoas, que eu nunca soube precisar o grau de parentesco sanguíneo entre nós. (EVARISTO, 2011, p.39).

A comunidade natal da personagem assemelhava-se a uma aldeia africana, na qual os indivíduos, aparentados, relacionavam-se e organizavam-se social, cultural e economicamente. Há pessoas de várias idades, unidas por laços de sangue, que se agruparam em torno de uma matriarca, representada pela figura da bisavó, o que vai reforçando, ao longo da narrativa, a valorização da figura feminina. Para Mara Coelho de Souza Lago, em se tratando da identidade coletiva, há “atores sociais que se organizam em grupos que os identificam entre si” (LAGO, 1999, p. 121). Nesse microcosmo, uma identidade coletiva é forjada a partir das raízes culturais, étnicas, linguísticas, históricas e sociológicas partilhadas pelo grupo. Da comunidade local, procede um “sentimento de pertença” (BERND, 2003, p. 30) que é indispensável como ponto de referência, a partir do qual o indivíduo estruturará sua auto-identidade, seu modo de ver, viver e significar o mundo. Segue o conto:

Do lado de fora da casa, nós estávamos a olhar o tempo vadio, sem nada para fazer a não ser conversar os assuntos costumeiros, quando apontou lá na estrada um jipe. Levantamos rápido e juntos. (...) Um jipe e um casal estrangeiro (depois, com o tempo, descobri, eram pessoas do sul do Brasil) em nossas paragens. Desceram, conversaram conosco e ofereceram aos grandes, caso eles permitissem, um passeio com a criançada. Foi permitido. Os dois iam à frente e a meninada atrás. Deram duas ou três viagens. Na última, só faltava eu e um dos meus irmãos, o maior, o Toninho. Subindo contentes e o carro, aos poucos, foi ganhando distância, distância, distância... (EVARISTO, 2011, p. 39-40).

A passagem acima recorta remete ao sequestro da criança negra, como alegoria do sequestro de milhares de negros africanos: foram várias viagens transportando pessoas, das quais milhares ficaram pelo caminho, mortos, abandonados, e cada vez

mais distante das suas origens. Adiante, o casal abandona o menino à beira da estrada e segue longa viagem com Maria Imaculada, até chegar a “uma casa grande, que parecia uma fazenda.” (EVARISTO, 2011, p. 41). Como se percebe, as ilações com a escravização de negros africanos são reforçadas ao longo da narrativa, pois foram parar em uma “casa grande”, em uma fazenda, onde costumeiramente foi o destino da maioria dos escravos trazidos para o Brasil, para a lavoura da cana de açúcar, do café e de outras produções agrícolas, por meio do trabalho forçado. Em se tratando dos negros trazidos da África para o trabalho escravo no Brasil, Batista e Carvalho (2009) *apud* Gonzaga (2011) dão conta de que:

As regiões onde viviam os que foram escravizados e trazidos para o Brasil, possuíam costumes, línguas, organizações de sociedade, religiões completamente diferentes umas das outras. Quando eram condenados pelas rígidas leis da sua sociedade, capturados nas pequenas aldeias, ou até mesmo nas pequenas guerras, nos caminhos que percorriam, quase indiferentes ao que se passava, viam perspectiva de incertezas. (Batista; Carvalho, 2009 *apud* Gonzaga, 2011, p.39)

Assumindo uma perspectiva histórica, é como se a criança tivesse sido, inexoravelmente, condenada ao mesmo fado de seus ascendentes. Como nos versos de Castro Alves:

Donde vem? onde vai? Das naus errantes
Quem sabe o rumo se é tão grande o espaço?
Neste saara os corcéis o pó levantam,
Galopam, voam, mas não deixam traço (ALVES, p. 1, s/d)

O jipe pode bem ser uma metáfora do porão do navio negreiro. Tal qual seus antepassados, a menina foi afastada de sua aldeia, de seu universo, e obrigada a vários dias e noites de viagem, por caminhos desconhecidos, até aportar em uma nova terra. Sem justificativas nem explicações, foi privada de sua família e posta em

marcha, em extensa jornada, ignorando o seu destino e sem deixar rastros que lhe pudessem orientar o retorno.

Identidade é um conceito relacional, que implica o eu e o outro. Na atitude do casal de raptos, é perceptível um sentimento de “alteridade desvalorizada” (ANSART-DOURLEN, 2009, p. 26), de desprezo pela sensibilidade e pelos valores professados pelo outro. Em linhas gerais, o mesmo comportamento norteou os povos que se dispuseram a enxergar na África um manancial de mão-de-obra apta a ser escravizada. Semelhantemente, o casal de raptos arrogou a si o direito de “invadir” uma vila e assenhorar-se de uma pessoa, vista como mero objeto a ser manipulado para satisfação de uma necessidade. Segundo Nina Rodrigues,

A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização. (...). Surgiu como problema brasileiro quando, faltando o índio que sucumbia ou era protegido pelos jesuítas, e começando a escassear os braços para a lavoura e, mais tarde, para o trabalho das minas, se criou um comércio de escravos direto, entre a nova Colônia e a África. (RODRIGUES, 2010, p. 20).

Os negros africanos foram, sucessiva e sistematicamente, desterritorializados para atender às necessidades dos povos que os subjogavam. Sobretudo para resolver o problema da escassez de força de trabalho nos territórios recém-descobertos, foram considerados como uma raça inferior, a qual poderia ser aplicado tratamento degradante. Arrancados de seus lares, negros africanos tiveram seus laços familiares extirpados e foram capturados e transportados em condições de negligência e de desumanidade. Foram considerados meras ferramentas ou engrenagens mecânicas para o desenvolvimento econômico, seja qual fosse a atividade, e as estruturas sociais de um sistema elitista e patriarcal poderiam ser assegurados (VASCONCELOS, 2005).

No conto, a protagonista afirma que o casal nunca bateu nela. No entanto, a tratavam como se ela não existisse. Jamais perguntaram seu nome e a “chamavam de menina” (EVARISTO, 2011, p. 41). É possível afirmar, então, que reservaram a

ela um outro tipo de injúria: uma violência simbólica, representada pelo desprezo aos valores próprios de uma outra cultura (ANSART-DOURLEN, 2009, p. 28). Tratamento semelhante foi dispensado aos negros africanos:

Além de trabalho, obediência e respeito às leis e dispositivos disciplinares, os senhores exigiam dos escravos fidelidade, humildade e aceitação dos valores brancos. Os negros deviam aprender a língua portuguesa e a religião católica (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 11)

Nas palavras de Vasconcelos, os negros degredados “foram obrigados a viver em um novo *habitat*, em total subordinação econômica e social. Ao serem capturados, eram-lhes destruídas as relações comunitárias na aldeia, a família, a linhagem e a religião.” (VASCONCELOS, 2005, p. 36-37). O processo de escravização envolve, sobretudo, um mecanismo de desenraizamento, de apagamento da memória, dos laços e traços que distinguem o cativo da realidade a qual ele deve se adequar. Naquela nova existência, a idade de Maria Imaculada começou a ser contada a partir da data em que foi morar com o casal. Além disso, seu aniversário passou a se dar em maio, “mês de Maria” (EVARISTO, 2011, p. 41). Deram a ela cadernos e lápis e contrataram uma moça para educá-la. Nunca lhe perguntaram nada sobre seu passado, ignorando, completamente, que houvesse algo digno de ser contado. Não é demais notarmos a ironia na referência católica. Em nome de uma religião, muitos atos bárbaros e violentos foram legitimados, principalmente no tempo da escravização.

Para Zygmunt Bauman (2005), as pessoas não se questionam sobre sua própria definição, enquanto permanecem mergulhadas em sua condição de pertença. Só o deslocamento, o contato com o diferente, é que gera essa reflexão. No conto, a protagonista vai estruturando sua identidade frente ao que a exterioridade lhe oferece, no entanto sem abrir mão de concepções trazidas de seu lar, de suas origens. Expõe que “tinha um desejo enorme de falar de minha terra, de minha casa primeira, de meus pais, de minha família, de minha vida e nunca pude. (...) Todas as noites,

antes do sono me pegar, eu mesma contava as minhas histórias, as histórias de minha gente.” (EVARISTO, 2011, p. 42). Diz ainda que:

O que o casal não imaginava é que eu também fazia minha contagem do tempo. Só que meus termos eram outros. Eu sabia que, ali, já tinha feito sete aniversários, longe dos meus. E para mim não se tratava da minha chegada à casa deles e sim de minha impotência diante deles, que haviam me tomado, ou melhor, me roubado de meus pais. (EVARISTO, 2011, p. 43).

Para não se esquecer dos seus, a personagem conta, para si mesma, sua história. Para Paul Ricoeur (1981-1982), a identidade pode ser presumida no ato narrativo, uma vez que definir-se é narrar. Um indivíduo ou coletividade, ao historiar-se, alimentando-se de sua memória e história, destila a essência daquilo que vai distingui-lo e significá-lo. Zilá Bernd (2003) acrescenta que a construção da identidade está, assim, intimamente atrelada à narrativa. Por meio dessas estratégias, a personagem, vivenciando um momento de crise, empreende uma busca identitária. Em seu processo de identificação, assimila, seletivamente, novos entendimentos, sem perder de vista, no entanto, marcas trazidas da casa da sua infância. Ao afirmar que o casal a havia roubado, evidencia o fato de saber-se vítima de um crime, demonstrando que seu silêncio exterior não significava em ignorância nem tampouco resignação. Aqui também é possível traçar um paralelo com “a diáspora africana e seus desdobramentos em terras brasileiras” (CRUZ, 2012, p. 258), visto que o comportamento da personagem pode ser interpretado como modo de resistência ao dominador. Assim como ela, seus antepassados também se valeram de meios para não se subordinarem ao sistema, como apontado no excerto abaixo:

Mas a vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, de instrumento passivo dos grupos dominantes, supostamente os únicos agentes da história. Se deviam submeter-se às condições impostas por uma sociedade exploradora e violenta, coube também aos negros

escravos criar uma estratégia de sobrevivência e, até mesmo, uma nova identidade, que lhes permitisse viver o seu dia-a-dia.

Aos negros, em suma, restava a resistência impetuosa à violência que sofriam ou a adaptação tática às regras do jogo. A primeira, representada pela sabotagem do trabalho, abortos provocados, assassinato de senhores e feitores, fugas, feitiçarias, suicídios, organização de quilombo e insurreições, constitui a manifestação aberta da contradição, a dinâmica do conflito. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.11).

Assim, embora na história oficial predominem relatos que dão conta da passividade dos negros perante o escravocrata, há registros que comprovam que houve sim uma resistência às condições desumanas a que eram submetidos. Se, até por falta de respaldo legal, não lhe cabia reivindicar, como ser humano, direitos fundamentais, o escravo lançava mão de outros métodos para resgatar e resguardar sua dignidade e edificar, tanto quanto possível, uma forma própria de estabelecer e porejar sua individualidade e suas concepções.

Nesse sentido, as mulheres exerceram papel fundamental, como salientado por Paixão e Gomes (2008), os quais atestam que as escravas assumiram o protagonismo na luta pela liberdade, ao se valer de modos de enfrentamento que incluíam abortar, negar-se a trabalhar, ameaçar cometer suicídio e infanticídio. Além disso, ao educar os filhos, cuidavam de, pela linguagem e pela música, transmitir às novas gerações crenças e valores oriundos da terra de origem, de modo a perpetuar a cultura natal. Maria Imaculada é tributária dessas mulheres. Tenta manter acesa, em sua memória, sua história de vida, as lembranças do período anterior ao rapto e, também, recusa-se a ter filhos: “filhos nunca tive, evitei e, as vezes em que engravidei, não deixei chegar ao término. Não queria ter família, tinha medo de perder os meus.” (EVARISTO, 2011, p. 45). A negação da maternidade pode ser explicada como uma insubordinação: a recusa em gerar vassallos, em transmitir a sua prole o legado da escravidão.

A diáspora de Maria Imaculada tem reinício quando, após completar quase oito anos de seu sequestro, visto o casal haver decidido se separar, seria levada pela

tia de um deles para residir em outra cidade. Nesse segundo momento, foi obrigada a fazer serviços domésticos. “Eu trabalhava imensamente, aprendi a cozinhar, a passar e a cuidar de crianças. (...) Dali, saí para outra casa e mais casas.” (EVARISTO, 2011, p. 44). Aqui, o conto também dialoga com a História, se considerarmos o fato de que, depois de capturados, havia a preocupação de dar aos cativos uma melhor aparência, para que se convertessem em mercadoria mais valiosa (VASCONCELOS, 2005, p. 36). Anos depois do rapto, já adolescente, alfabetizada, tendo aprendido a “chorar para dentro” (EVARISTO, 2011, p. 43) e a controlar suas emoções, Maria Imaculada havia sido lapidada. Séculos depois, é como se tivesse se unido aos seus pares que, no “quarto ciclo da escravidão, vieram [da África] não para os latifúndios, mas para os trabalhos domésticos nos centros urbanos” (VASCONCELOS, 2005, p. 38).

Anos depois, a personagem conta que não teve mais notícias do casal de raptos. Relata também que, num dado ponto de sua vida, ganhou autonomia para dirigir os próprios passos. A História novamente reverbera, se estabelecermos uma ponte com o período imediatamente posterior à libertação dos escravos, quando a abolição foi decretada sem que o país dispusesse de meios para lidar com o novo ordenamento social que adviria. A Lei não continha nenhum dispositivo que conferisse aos negros algum direito ou garantia que lhes permitissem exercer, de fato, essa liberdade, e muitos permaneceram em condições servis, por não se apresentar a eles outra opção.

A abolição, mesmo tendo havido movimentação dos negros, foi um negócio de brancos. Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixou de lado as propostas de abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rebouças: distribuição de terras para os ex-escravos, assistência econômica e social, acesso à educação, ampliação do direito à participação política, reformas, enfim, que fizessem do negro um cidadão. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 49).

Capturados e escravizados, os negros foram responsáveis por manter em funcionamento as engrenagens da economia no Brasil, do século XVI ao final do século XIX. Seus braços sustentaram o país nos ciclos da cana-de-açúcar e do ouro, e, enquanto viviam na miséria, geravam riquezas para uma elite já abastada. Com o advento da Revolução Industrial, a Inglaterra, potência da época, passou a trabalhar no sentido de ampliar mercado para suas manufaturas. Nesse contexto, não havia necessidade de manter grande contingente de escravos, visto que as máquinas diminuiriam sensivelmente a necessidade de trabalhadores.

Os processos de produção, além disso, passaram a demandar uma mão-de-obra mais qualificada. Ademais, assalariados são consumidores em potencial, enquanto escravos, de modo geral, não possuem qualquer tipo de renda. Mais uma vez, a economia dita as normas de conduta: pressionado, no final do século XIX, o Brasil determina a abolição da escravatura. No entanto, o processo não se preocupou em garantir ao negro meios para sua ascensão econômica e financeira e manteve-o à margem, na base da pirâmide social. Maria Imaculada ressalta nunca ter entendido a intenção do casal que a roubou.

Assim como ocorreu com seus antepassados, se não recebeu explicações quando do rapto, tampouco essas justificativas vieram quando da alforria. Foi tratada pelo casal de sequestradores como mero objeto, do início ao fim. Quando coabitavam, não se davam pela presença dela e, no momento em que rumaram para novos caminhos, abriram mão da menina, para que outra pessoa a levasse. Com a abolição de sua condição servil, foi deixada à própria sorte, sem que ninguém cuidasse de orientá-la ou inseri-la em algum círculo. Se sentia como se “movendo sobre um rio de desconhecidas e perigosas águas” (EVARISTO, 2011, p. 44). Permaneceu empregada doméstica, sem que outras opções lhe fossem dadas. Com o passar do tempo, ela própria foi abrindo caminhos. Continuou nadando, para se manter viva. Por vários anos, optou por não retornar diretamente a Flor de Mim, embora sua escolha por novas moradias estivesse direcionada “para as bandas [da] terra natal.” (EVARISTO, 2011, p. 45).

Anos depois de alforriada, Maria Imaculada decide dedicar-se aos estudos. Estava então concluindo o segundo grau e se "preparando para seguir adiante" (EVARISTO, 2011, p. 45) quando soube da realização de um ciclo de palestras sobre "Crianças desaparecidas". Compareceu ao último dia do evento e, num dos relatos, reconheceu sua própria história e reencontrou-se com sua família. Significativo observar que a redenção definitiva da personagem se dá na ambiência da escola. Ao longo dos séculos, subordinada a uma sociedade falocêntrica, o movimento inaugural da emancipação feminina foi representado pela educação. No caso dos negros, também; para elevarem-se socialmente, imprescindia que se instruissem. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p, 50). Maria Imaculada revive isso: é a escola que medeia sua libertação.

O regresso da personagem representou ainda um atar de pontas, o reencontro consigo mesma, metaforizado no nome da cidade natal "Flor de Mim". A diáspora da protagonista envolve "o apelo do enraizamento e a tentação da errância" (BERND, p. 26). A perda de referenciais configurada pelo afastamento de casa a coloca em contato com universos novos, estabelecendo relações ramificadas, pela interconexão de culturas e histórias, configurando uma identificação múltipla e porosa, que vai constituir sua substância.

Pelas marcações de tempo do conto, é possível inferir que Maria Imaculada já estava idosa quando faz seu relato. Nessa condição, estaria exercendo um papel que, tradicionalmente, as populações africanas reservavam aos seus anciãos: a função de transmitir sua história (NASCIMENTO; RAMOS, 2011). Armada pela sua oralidade, insurge contra a opressão sofrida não só por ela, mas pelos seus ascendentes. Ao assumir um comportamento narrativo e rememorar, a partir de seu passado individual, um passado também coletivo, está desempenhando uma atribuição que lhe assenta: possuindo uma trajetória de vida com contornos mais bem definidos, cabe aos mais velhos a função de ser depositário de lembranças (BOSI, 2006).

Em tempos em que ainda se observam vestígios da escravidão negra, ressaltados, por exemplo, pelo trabalho de Paixão e Gomes (2008), que demonstram, taxativamente, com estatísticas, que, no mercado de trabalho, os menores salários e as funções menos especializadas ainda são, em sua maioria, destinados aos afrodescendentes, a voz de Maria Imaculada carrega um tom de denúncia. Aparentemente, ainda subsiste um imaginário que redundando na inferiorização do negro, seja por dados que demonstram a prevalência de uma exclusão socioeconômica, seja pelo relato, fictício (?), de uma criança raptada de sua vila e exilada, a reviver a história de seus antepassados africanos, tantos séculos depois de uma abolição que, em muitos aspectos, restou estéril. O conto discute identidade e alteridade num exercício libertador, dando espaço a um gênero outrora silenciado, para que, por meio da própria voz, reivindique, também pela literatura, a justiça da História.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. O navio negreiro. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

ANSART-DOURLEN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. Trad. Jacy Alves de Seixas. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de (orgs.). Uberlândia: Edufu, 2009. P. 23-35.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BATISTA, Luiza Helena Candida da Silva; CARVALHO, Simone Aparecida de. A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro. ALEGRE-ES. FFCL, 2009.

BERND, Zilé. Literatura e identidade nacional. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BIBLIOTECA NACIONAL. Para uma História do Negro no Brasil. Rio de Janeiro, 1988. Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 09 de maio a 30 de junho de 1988. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

CRUZ, Adélcio de Sousa. Conceição Evaristo: insubmissas lágrimas de mulheres. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 39, p. 255-258, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jan. 2017.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Belo Horizonte: Nandaya, 2011.

EVARISTO, Conceição. Nos gritos d'Oxum quero entrelaçar minha escrevivência. In: *Arquivos femininos: literatura, valores, sentidos*. DUARTE, Constância Lima *et al.* (org.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. P. 25-33.

GIDDENS, Antony. *Modernidade e Identidade*. Plínio Dentzien (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GONZAGA, Gilka Barbosa. A trajetória do povo africano escravizado e a influência de sua cultura na formação do povo brasileiro. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2387/1/PDF%20-%20Gilka%20Barbosa%20Gonzaga.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

LAGO, Maria Coelho de Souza. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

NASCIMENTO, Lidiane Alves do; RAMOS, Marilúcia Mendes. A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras. *Crítica Cultural*. Palhoça, v. 6, n. 2, jul.dez./2011. Disponível em <www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/.../775/pdf_28>. Acesso em: 07 jan. 2017.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 24, n. 3, set.-dez./2008. Disponível em <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/15112009-083004paixaogomes.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

RICOEUR, Paul. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. Conferência proferida ao *Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage*, Grenoble 1981 – 1982. Tradução de João Batista Botton. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2012000100015>. Acesso em: 31 dez. 2016.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010, 303 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

VASCONCELOS, Sérgio Sezino Douets. Tópicos sobre o papel da Igreja em relação à escravidão e religião negra no Brasil. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. Pernambuco, ano IV, n. 4, set/2005. Disponível em: <www.unicap.br/Arte/ler.php?art_cod=1569> Acesso em: 31 dez. 2016.

Recebido em 16/06/2017. Aceito em 05/10/2017.